

A chegada do "jumbo"

por Reginaldo Heller
do Rio

A partir da próxima semana deverá ser liberada a primeira "tranche" de US\$ 1 bilhão do empréstimo "jumbo" negociado com a comunidade de bancos internacionais. A parcela de desembolso imediato, de US\$ 3 bilhões, será dividida em três "tranches", a serem liberadas em espaços de uma semana cada uma, enquanto os restantes US\$ 3,5 bilhões acompanharão as necessidades de caixa do Banco Central.

A informação foi prestada, no Rio, pelo ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, que retornou ontem da Europa, onde participou do "European Management Forum", na Suíça, e foi hóspede oficial do governo norueguês. Ouvido por este jornal, Galvêas fez apenas uma ressalva: o cronograma fixado com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira depen-

deria, ainda, da conclusão da fase de assinatura dos contratos dos quatro projetos, pois, apesar das adesões, nem todos os banqueiros estavam presentes ao ritual de formalização em Nova York, no último dia 27 de janeiro.

A informação do ministro da Fazenda dissipa a preocupação do mercado financeiro internacional sobre vinculação da liberação da primeira parcela do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões com a formalização dos empréstimos das agências governamentais.

Do total desse pacote de crédito governo a governo, negociado com o Fundo Monetário Internacional (US\$ 2,5 bilhões), apenas o Eximbank dos Estados Unidos manifestou oficialmente sua adesão, no valor de US\$ 1,5 bilhão. As demais agências, da Inglaterra, Alemanha e Japão, especialmente, não chegaram a formalizar suas par-



Ernane Galvêas

tes, o que resultou num aval do FMI com base em promessas meramente informais.

Segundo uma fonte com acesso direto ao presidente do "advisory committee", o Banco Central não estaria mais contando com aqueles recursos (US\$ 1 bilhão), e até mesmo já estaria revendo suas contas para este ano, estimando agora um nível menor de reservas cambiais.

Galvêas, contudo, mantém suas projeções de terminar o ano com um saldo de reservas da ordem de US\$ 1 bilhão, o que implica a possibilidade de empréstimos comerciais ("supplier's credits") por parte das agências governamentais. Na sua conta, o déficit em transações correntes em 1985 deverá situar-se entre US\$ 3,6 bilhões e US\$ 4 bilhões, cifra básica para definição do montante de novos empréstimos destinados a fechar o balanço de pagamentos no próximo ano. Para esse cálculo, Galvêas considerou um superávit comercial em 1985

de US\$ 10 bilhões e um crescimento nominal zero da conta de serviços, incluindo os juros. Mas preferiu não adiantar o número a ser discutido com os banqueiros, pois depende, ainda, do montante de empréstimos de agências oficiais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do nível das taxas de juros internacionais e da própria evolução da balança comercial.

No relato que deverá fazer de sua viagem ao ministro Delfim Netto, do Planejamento, Galvêas exporá as perspectivas dominantes entre os mais de mil empresários presentes ao encontro na Suíça, onde a questão central foi o comércio internacional. Os empresários chegaram também a um consenso em torno da necessidade de se aportar mais capital às instituições financeiras oficiais internacionais, as quais, segundo Galvêas, exercerão papel decisivo na rolagem da dívida dos países menos desenvolvidos.